

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas

DIALOGOS REGIONAIS – EL NIÑO 2026/2027

Região Sul – Etapa Virtual

INFORMATIVO | 25 de agosto de 2026

Identificação e Contexto

O encontro virtual da Região Sul ocorreu em 25 de agosto de 2026, às 18h30, reunindo mais de 140 participantes do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, especialmente representantes do Conselho de Participação Social, Fóruns Estaduais de Participação Social e outras organizações da sociedade civil. A atividade foi organizada pela Secretaria-Geral da Presidência da República, sob coordenação da Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas, com apoio da Secretaria Nacional de Participação Social.

O encontro abordou os impactos esperados do El Niño 2026/2027, as ações de prevenção e resposta e as contribuições da sociedade civil, como parte de um processo nacional de diálogo nas cinco regiões brasileiras.

Abertura e Diagnóstico técnico

A abertura ressaltou a necessidade de articulação entre Governo Federal, estados, municípios, conselhos e sociedade civil para a preparação diante do fenômeno. A Casa Civil informou que o El Niño vinha sendo monitorado e apresentou ações articuladas por meio da Sala de Situação, ressaltando a importância da participação social para que medidas de prevenção e proteção alcancem as populações mais vulneráveis.

O diagnóstico apresentado pelo CEMADEN destacou que, para a Região Sul, o El Niño está associado especialmente ao risco de chuvas extremas e inundações. A apresentação ressaltou a importância do monitoramento contínuo e da articulação entre diferentes níveis de governo e sociedade para prevenção dos impactos.

Para a agricultura familiar, foram apontadas perspectivas de chuvas acima da média e mal distribuídas, com possibilidade de alagamentos, encharcamento, aumento de doenças e riscos à colheita e à qualidade dos grãos, além de potenciais impactos sobre arroz, trigo, milho e hortifrutigranjeiros e dificuldades de distribuição decorrentes das perdas produtivas.

Governo Federal: enfrentamento ao fenômeno

A Defesa Civil destacou o acompanhamento das estruturas estaduais, apoio aos planos de contingência, mecanismos relacionados ao reconhecimento de situações de desastre e apoio às famílias atingidas.

O MDS apresentou instrumentos de proteção social e segurança alimentar, incluindo Bolsa Família, BPC, SUAS, PAA, Cisternas, Fomento Rural, Cozinhas Solidárias e distribuição de alimentos. O Ministério das Cidades destacou planos municipais e comunitários de redução de riscos, mapeamento participativo, rotas de fuga, infraestrutura e soluções verdes.

Para a agricultura familiar, foram apresentadas medidas antecipatórias, incluindo crédito extraordinário, aquisição de kits e cestas, recomposição dos estoques públicos de arroz e instrumentos do Pronaf. Também foram informadas ações de outros órgãos nas áreas de proteção às mulheres, igualdade racial, saúde, prevenção de queimadas, unidades de conservação e proteção dos territórios indígenas.

Perspectivas da sociedade civil

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas

As manifestações destacaram preocupações com a capacidade de prevenção e resposta dos governos estaduais e municipais, acesso da população a planos de contingência, informações e formação comunitária. No Paraná, foram relatadas preocupações relacionadas à recorrência de ciclones, intensidade das chuvas, energia e necessidade de inclusão de catadores e catadoras nos planos de emergência climática.

No Rio Grande do Sul, a experiência recente das enchentes apareceu associada à demanda por maior informação, transparência, participação social e articulação entre os diferentes níveis de governo. Também foram defendidas a participação das cooperativas na reconstrução habitacional e maior controle social sobre definição de obras e aplicação dos recursos.

Em Santa Catarina, foram apresentadas demandas por transparência sobre políticas e recursos públicos, fortalecimento da participação popular e divulgação das políticas existentes para que as medidas alcancem efetivamente as populações vulneráveis.